



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14235 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

MOVIMENTOS SOCIAIS, COMUNICAÇÃO POPULAR E CIDADANIA CULTURAL: O DIREITO À EDUCAÇÃO.

Vanessa Miranda - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

MOVIMENTOS SOCIAIS, COMUNICAÇÃO POPULAR E CIDADANIA CULTURAL: O DIREITO À EDUCAÇÃO.

RESUMO

Procura-se nesse trabalho problematizar resultados de pesquisas realizadas sobre a produção de comunicação popular de movimentos sociais, entre as décadas de 1970 e 1980, e suas relações de participação nas lutas pelo direito à educação pública e à universidade como produção de cidadania cultural na região Amazônica e no país. Busca-se articular a essas memórias de lutas empreendidas por movimentos sociais e seus registros de comunicação popular no período acima mencionado, primeiramente, a ênfase nos seus processos de auto-organização como possibilidade de alargamento do conceito de educação para além do aprendizado de conteúdos específicos transmitidos por instrumentos do processo pedagógico formal. Em segundo lugar, identificar essa produção de comunicação popular se constituindo como lugar de luta, ensejando a partir de uma produção social da escrita espaços de invenção democrática e criação de cidadania cultural, bem como as aproximações e diálogos em interface com trabalhos que marcam a historiografia sobre o tema. Em terceiro, relacionar “movimentos sociais, sujeitos e processos educacionais” a perspectivas de memória e tempo presente.

Palavras-chave: Movimentos sociais, cidadania cultural, direito à educação.

INTRODUÇÃO

A produção de comunicação popular nas décadas de 1970 e 1980, alternativa de organização contra-hegemônica de movimentos populares em resposta à invisibilização de sujeitos sociais na imprensa oficial durante a ditadura civil-militar (1964-1985), firmou-se como espaço de formação dialógica e participativa, ampliando sentidos de práticas educativas democráticas articuladas aos espaços formais de ensino-aprendizagem como a escola e a universidade (CATINI, 2021; VALIM, 2020). Essa forma de expressão empreendida por

movimentos sociais, entre as décadas de 1970 e 1980, evidencia propostas de aproximação de processos educacionais discutidos por Freire (1989), Freire e Macedo (1990), os quais defendem que a alfabetização deve se instituir por uma política cultural voltada à leitura crítica do mundo e da palavra, pela qual educadores/as e educandos/as são autores e sujeitos ativos de seus próprios mundos. Ademais, as imprensas alternativas despertaram para a superação da ideologia do vazio demográfico e outros processos de dominação enfrentados por essa população (ANTONACCI, 1994). Essa imprensa, também chamada de imprensa nanica, com seus inúmeros periódicos organizados, editados, impressos e distribuídos por diferentes coletivos participantes de movimentos sociais de oposição à ditadura civil-militar (1964-1985), criou a partir de uma “produção social da escrita” (WILLIAMS, 2015) espaços de resistência e de revalorização da experiência de sujeitos históricos (THOMPSON, 1981), fortalecendo suas lutas cotidianas por democracia e educação durante as décadas de 1970 e 1980 (SADER, 1998; ALMEIDA et. al., 2021).

METODOLOGIA

É no processo de formação do capitalismo e as disputas entre luta de classes, bem como a relação entre esses aspectos e a presença/ausência do Estado, que, a partir de uma democracia de valores liberais, vimos surgir noções de igualdade e liberdade sendo estendidas a todos os cidadãos independentemente de sua classe social. Mas, é somente, a partir de processos de transformação almejados pela classe trabalhadora, assim como por seus movimentos sociais representativos, que alcançamos a noção de cidadania como prática de participação social instituinte de novos direitos por novos sujeitos, organizados em torno das conquistas por uma democracia do tipo participativa. Nesse percurso, para Gohn (2012), educação, cidadania e movimentos sociais estão totalmente entrelaçados constituindo espaços de participação social de sujeitos históricos, nos quais e pelos quais a educação:

ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político cultural que as lutas cotidianas geram. (GOHN, 2012, p. 21).

Ao considerarmos os aspectos expostos mais acima em torno das relações entre movimentos sociais, educação e cidadania, torna-se primordial para a investigação que pretendemos alcançar nesse trabalho, acompanharmos ainda a tese proposta por Gohn sobre o “caráter educativo dos movimentos sociais”, sendo este essencial no incremento da formação de cidadania cultural e na ampliação, para além dos “canais institucionais escolares”, da importância do significado e do sentido sociais que destinamos à educação.

Somada a relevância desses materiais de Comunicação Popular ao “caráter educativo

dos movimentos sociais”, teríamos ainda que considerar alguns traços dos movimentos populares que Marilena Chaui (2003, pp. 284-285) avalia como sendo muito importantes de serem retidos quando estudados.

em primeiro lugar, não pretendem falar em nome da sociedade como um todo, mas em nome das diferenças que desejam ver reconhecidas e respeitadas como tais;

em segundo lugar, não pretendem estabelecer prioridades quanto ao reconhecimento de sua existência face a outros movimentos, mas cada qual coexiste com os demais, seja de modo conflituoso, seja de maneira convergente;

em terceiro lugar, não pretendem que o reconhecimento de sua existência e de seus direitos tenha como condição a tomada do Estado, mas passam pela reelaboração prática da idéia e do exercício do poder que não é identificado exclusivamente com o do Estado.

Após essas breves considerações teórico-metodológicas, iniciamos a seguir um conjunto de análises, dando ênfase, para o periódico “Varadouro, um jornal das selvas”, publicado entre os anos de 1977 e 1981 no Acre. Com intenção inicial de ser distribuído quinzenalmente nas bancas de jornal, Varadouro publicou ao todo 24 números, entre 1977 e 1981, tendo enfrentado sua equipe durante os quatro anos de circulação do jornal situações adversas para a confecção do periódico, alcançando praticamente periodicidade mensal entre 1977 e 1979, mas apenas duas edições em 1980, encerrando suas atividades em 1981 após a publicação de cinco números. (ACERVO BNDigital, 2022).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Articulando especificamente as lutas de trabalhadores da floresta em defesa do meio ambiente, da cultura e da memória no Acre, Antonacci tece os seguintes comentários sobre o “nanico” Varadouro:

(...) importa ter presente que Varadouro tornou-se uma das mais expressivas fontes de registro do enfrentamento cotidiano às intervenções de euforia, milagre e progresso que marcaram os devastamentos da Amazônia ontem e hoje, naqueles “anos de chumbo” do regime militar. Dizemos que consiste num patrimônio dos sofrimentos acumulados pelos trabalhadores da região, no passado e no presente porque, vindo a público em 1977, quando completavam-se cem anos das primeiras migrações de nordestinos para o Acre como mão-de-obra na extração da borracha, os editores de Varadouro constituíram uma “experiência coletiva” com o passado, presentindo a necessidade de garantir uma memória comum diante das desagregações socioculturais vivenciadas. (ANTONACCI, 1994, pp. 248-249).

Pela problematização dos números publicados, ressaltamos que as lutas sociais e processos educacionais emancipatórios podem ser despertados por relações dialógicas de participação que extrapolam o ambiente escolar, mas, que a ele dialeticamente retornam, instituindo sentidos e significados alargados de conquistas empreendidas em torno do direito à educação pública, à cultura e à memória. Para Saviani (2021, p. 69),

A educação escolar é o meio mais adequado para a apropriação, pelos trabalhadores, das conquistas históricas da humanidade que lhes aguçarão a consciência da necessidade de intervir praticamente para dar continuidade ao processo histórico, conduzindo-o a um novo patamar. *Mas essa formação histórica deve ser articulada com as ações coletivas sistematicamente organizadas, como, aliás, preconiza a pedagogia histórico-crítica ao considerar a educação como mediação no interior da prática social, tendo, pois, a própria prática social, ao mesmo tempo, como ponto de partida e ponto de chegada.* (grifos meus).

Desse modo, no processo de compreensão do jornal como fonte histórica a ser investigada, e considerando tal entendimento acerca da “educação como mediação no interior da prática social” tomamos a própria composição do jornal como força social ativa pelo fazer-se de homens e mulheres, configurando “uma atitude crítica frente à memória por ela instituída e fazer emergir de nossos trabalhos outras experiências, vozes e interpretações, que deem visibilidade a outras histórias e memórias” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu livro *Educação como prática da liberdade*, Paulo Freire (2018, p. 51) nos convoca para o entendimento de que “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”. A partir dessa assertiva, equivale a afirmação de que a universidade pública brasileira não é uma instituição neutra. Tampouco, os diferentes atores sociais, homens e mulheres, que dela participam, são seres abstratos, acorados fora do mundo, como nos ensina Marx (2005, p. 145). Na esteira dessas reflexões, as imbricações entre formas de auto-organização de movimentos sociais e suas possibilidades de relação com as disputas por educação pública universitária na Amazônia brasileira, bem como no país, tem-se tornado fértil terreno para pensarmos sobre o tema escolhido para a 41ª Reunião Nacional da ANPED, “Educação e Equidade: bases para Amar-zonizar e reconstruir o país” cujas possibilidades de discussão nos remetem a discernimentos quanto ao princípio da igualdade que subjaz visões humanistas em educação. A esse respeito, buscando desconstruir uma visão liberal de igualdade presente no ideário dos direitos humanos, Santos e Nunes (2003, p.56) nos alertam para a seguinte relação dialética entre igualdade, diferença e direito, “(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza; e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.”. Tal pensamento abre caminhos para a problematização do princípio da equidade na formulação de políticas educacionais na Amazônia brasileira (GARCIA, 2014), bem como a importância da participação social de diferentes movimentos populares na construção de cidadania cultural ampliando sentidos e significados da universidade pública para além de seus muros (PAIVA, 2011, p. 106; 108).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elmir de; PINHEIRO, Leandro R.; GROppo, Luís Antonio; IRIART, Mirela Figueiredo dos Santos [Orgs.]. *Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos: uma antologia do GT03 da ANPED*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ANTONACCI, M. A. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de empate no Acre. In: *Revista Brasileira de História*, Espaço Plural, São Paulo, Anpuh, 1994.

- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (BND). Varadouro, um jornal das selvas (1977-1981).
- CATINI, C. Educação não formal: história e crítica de uma forma social. *Educação e Pesquisa*, 2021, v. 47, pp. 01-16.
- CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez., 2007.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- _____; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura da palavra, leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GARCIA, Fabiane Maia. *Escola, democracia e autonomia: uma análise das políticas e práticas no cotidiano escolar*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação Especialidade em Política Educativa. Universidade do Minho-Portugal, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- PAIVA, Angela Randolpho. Movimentos sociais e políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras: a ação do movimento negro. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. (Org.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. *Conhecimento Escolar e Luta de Classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie*. 1ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Tradução Waltensir Dutra. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VALIM, Ana. *A comunicação popular na construção e na preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)*. São Paulo: NPC; CPV, 2020.
- WILLIAMS, Raymond. *A Produção social da escrita*. Tradução André Glaser. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.